

MORTE MATERNA DECORRENTE DO ABORTO INSEGURO: ANÁLISE DE REPORTAGENS À LUZ DE GÊNERO

MATERNAL DEATH DUE TO UNSAFE ABORTION: ANALYSIS OF REPORTS IN THE LIGHT OF GENDER

MUERTE MATERNA POR ABORTO INSEGURO: ANÁLISIS DE REPORTAJES A LA LUZ DEL GÉNERO

Thammy Novakovski dos Santos¹
Rafaela Gessner Lourenço²
Laura Christina Macedo³
Luciana Schleder Gonçalves⁴
Daiana Kloh Khalaf⁵

Como citar este artigo: Santos TN, Lourenço RG, Macedo LC, Gonçalves LS, Khalaf DK. Morte materna decorrente do aborto inseguro: análise de reportagens à luz de gênero. Rev baiana enferm. 2024;38:e55103.

Objetivo: analisar como a mídia retrata a morte materna por aborto inseguro. **Método:** estudo documental, qualitativo, que utilizou jornais brasileiros eletrônicos como fontes de dados. A coleta de dados ocorreu de junho a outubro de 2022. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo temática, apoiada pelo *software* webQDA, à luz da categoria gênero. **Resultados:** foram analisadas 27 reportagens de 16 jornais. Emergiram cinco categorias: Como a mídia retrata o aborto inseguro; Motivação descrita para a prática do aborto inseguro; Interface do aborto inseguro com o serviço de saúde; Dualidade do discurso da mídia: entre a condenação e o direito da mulher; Iniquidade de gênero presente nos discursos. **Considerações finais:** parte da mídia sustenta discursos que condenam as mulheres que realizam aborto, apoiados em normas de gênero, outra parte busca proteger os direitos das mulheres, abordando o aborto como uma questão de saúde pública.

Descritores: Aborto. Morte Materna. Saúde de Gênero. Meios de Comunicação de Massa. Iniquidades em Saúde. Desigualdades de Saúde.

Objective: to analyze how the media portrays maternal death due to unsafe abortion. Method: qualitative documentary study, which used electronic Brazilian newspapers as data sources. Data collection took place from June to October 2022. The data were submitted to thematic content analysis, supported by webQDA software, in light of the gender category. Results: 27 reports from 16 newspapers were analyzed. Five categories emerged: How the media portrays unsafe abortion; Motivation described for the practice of unsafe abortion; Interface of unsafe abortion with health service; Duality of the media discourse: between condemnation and women's right; Gender inequity present in speeches. Final considerations: part of the media supports speeches that condemn women who perform abortion, based on gender norms, another part seeks to protect women's rights, approach abortion as a public health issue.

Autora correspondente: Thammy Novakovski dos Santos, thammynovakovski@gmail.com

¹ Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil. 0000-0003-3721-5825.

² Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil. 0000-0002-3855-0003.

³ Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil. 0000-0002-1916-2582.

⁴ Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil. 0000-0003-3105-3028.

⁵ Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil. 0000-0001-5770-7523.

Descriptors: Abortion. Maternal Death. Gender and Health. Mass Media. Health Inequities.

Objetivo: analizar cómo los medios retratan la muerte materna por aborto inseguro. Método: estudio documental, cualitativo, que utilizó periódicos electrónicos brasileños como fuentes de datos. La recolección de datos se llevó a cabo entre junio y octubre de 2022. Los datos fueron sometidos a análisis de contenido temático, apoyado por el software webQDA, a la luz de la categoría género. Resultados: se analizaron 27 reportajes de 16 periódicos. Emergieron cinco categorías: Cómo los medios de comunicación retratan el aborto inseguro; Motivación descrita para la práctica del aborto inseguro; Interfaz del aborto inseguro con el servicio de salud; La dualidad del discurso de los medios: entre la condena y el derecho de la mujer; La desigualdad de género presente en los discursos. Consideraciones finales: parte de los medios de comunicación sostiene discursos que condenan a las mujeres que realizan abortos, apoyándose en normas de género, otra parte busca proteger los derechos de las mujeres, El aborto como un asunto de salud pública.

Descritores: Aborto. Muerte Materna. Género y Salud. Medios de Comunicación de Masas. Inequidades en Salud.

Introdução

O aborto inseguro é um procedimento realizado por pessoas sem as habilidades necessárias ou em ambientes que não atendem aos padrões médicos mínimos para interromper uma gravidez indesejada⁽¹⁾. A cada ano, ocorrem aproximadamente 73 milhões de abortos induzidos em todo o mundo⁽²⁾, e 68 mil mulheres morrem todos os anos devido a abortos inseguros⁽³⁾. Em países desenvolvidos, estima-se que 30 mulheres morrem a cada 100.000 abortos inseguros, enquanto em países em desenvolvimento, esse número chega a 220 mortes por 100.000 abortos inseguros⁽⁴⁾.

Estudos indicam que restrições ao acesso ao aborto não reduzem sua ocorrência. No entanto, a segurança e a dignidade dos abortos realizados por mulheres e meninas têm impacto nessa redução⁽⁵⁾. A pesquisa mais abrangente sobre aborto no Brasil revelou que, aproximadamente, cerca de uma em cada sete mulheres brasileiras já realizou um aborto ao atingir a idade de 40 anos⁽⁵⁾.

O aborto, sendo uma prática ilegal e estigmatizada, é realizado de forma clandestina, sem acesso adequado aos cuidados de saúde, o que resulta em complicações e mortes de mulheres⁽⁵⁾. Nas notícias da imprensa que abordam o assunto, o aborto é predominantemente discutido com base em perspectivas morais, religiosas, jurídicas e policiais⁽⁶⁾, apesar da percepção pública de que o campo jornalístico baseia-se em critérios de objetividade e neutralidade⁽⁷⁾.

Nesse sentido, a imprensa desempenha um papel significativo como um ator social no

estabelecimento da agenda pública e na orientação do debate em questões importantes. A forma como a imprensa aborda um determinado tema pode ter diferentes repercussões e, como resultado, influenciar a formulação de políticas públicas que visam promover mudanças no cenário atual. A maneira como o tema é apresentado ao público, por meio da seleção de perspectivas e vozes ouvidas e entrevistadas, permite aos meios de comunicação construir narrativas e defender teses sobre o assunto em questão⁽⁷⁻⁸⁾.

Neste estudo, parte-se do princípio de que os veículos de comunicação têm influência na formação da opinião pública, reforçando estereótipos discriminatórios sobre o aborto na consciência coletiva. Portanto, é fundamental identificar e analisar como a mídia retrata a desigualdade de gênero em suas notícias sobre a morte de mulheres devido a complicações decorrentes do aborto inseguro. Dessa forma, o objeto deste estudo é a morte materna por aborto inseguro. À vista disso, foi definido como objetivo analisar como a mídia retrata a morte materna por aborto inseguro.

Método

Este estudo adota uma abordagem qualitativa documental, embasada na Teoria da Intervenção Prática em Saúde Coletiva (TIPESC). A TIPESC é fundamentada na visão histórico-materialista e dialética do mundo, visando compreender

as contradições objetivas relacionadas à Enfermagem em Saúde Coletiva como campo teórico e prático⁽⁹⁾.

A fonte de dados utilizada neste estudo foram reportagens eletrônicas de portais de notícias e jornais brasileiros, que abordaram casos de morte materna decorrente do aborto inseguro. O período de coleta de dados compreendeu junho a outubro de 2022. As reportagens foram buscadas por meio do Google Notícias, um mecanismo de busca on-line amplamente disponível, utilizando termos como “aborto”, “abortou” em combinação com “morte materna”, “morreu” e “morte”.

Para realizar a pesquisa, foram rastreados 17 meios de comunicação por meio do buscador on-line utilizado, os quais foram considerados como fontes para análise. A coleta de dados foi feita usando um instrumento semiestruturado elaborado pelos próprios autores e adaptado em uma planilha no aplicativo *Notion*. As funcionalidades de *clipping* de mídia e gerenciamento de dados do *Notion* foram utilizadas para esse propósito.

Foram extraídos diversos dados das reportagens, incluindo data e hora de publicação, fonte de dados, sessão da fonte, sexo do autor da reportagem, conteúdo do texto, localização geográfica do caso, idade da mulher, raça, idade gestacional, local onde o aborto inseguro foi realizado, o responsável pelo procedimento, resultado do aborto inseguro, presença de imagens e discursos relacionados à questão central da pesquisa.

Foram incluídas reportagens de veículos de mídia brasileiros, escritas em língua portuguesa, de acesso livre e que abordassem principalmente o objeto de estudo. Não houve limite temporal para a coleta dos dados. Como critérios de exclusão: reportagens que não abordassem casos de aborto inseguro que resultaram em morte materna, textos que apenas mencionavam os casos e conteúdos associados a *blogs*.

Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo temática, baseada na metodologia de Bardin⁽¹⁰⁾, com o auxílio do *software* webQDA, e analisados à luz da categoria analítica de gênero. As informações registradas no aplicativo *Notion* foram incorporadas ao webQDA por meio da função de codificação direta que

atribui automaticamente códigos aos dados descritivos, como data e hora da publicação e sexo do autor, e disponibiliza os dados empíricos no sistema de fontes internas. Com base no sistema de codificação, foram construídas árvores de códigos, que surgiram da leitura completa das reportagens, levando em consideração a categoria analítica de gênero.

A categoria de gênero baseia-se na compreensão das diferenças sociais construídas entre homens e mulheres, que são constitutivas das relações sociais e da forma como as relações de poder são significadas e articuladas⁽¹¹⁾.

A pesquisa não exigiu avaliação de um Comitê de Ética em Pesquisa, pois utilizou publicações de acesso público. Para orientar os procedimentos metodológicos, foi utilizado o instrumento *Consolidated criteria for reporting qualitative research* (COREQ).

Este estudo é resultado de um trabalho de conclusão de curso de graduação em enfermagem⁽¹²⁾.

Resultados

Foram identificadas 93 reportagens no Google Notícias, por meio dos termos como “aborto”, “abortou” em combinação com “morte materna”, “morreu” e “morte”. Após a leitura dos títulos, foram excluídas reportagens que não tratavam sobre a temática de morte materna por aborto inseguro. Foram selecionadas para leitura completa 35 reportagens que abordaram casos de morte materna por aborto inseguro. Destas, 27 reportagens foram selecionadas para compor a amostra final e oito foram excluídas porque não exploravam a temática da morte materna por aborto inseguro.

O portal G1 foi o que apresentou o maior número de notícias sobre o tema, totalizando 9 reportagens. Em seguida, os seguintes portais também foram representativos: Uol Notícias⁽²⁾, Uol Universa⁽²⁾, A Gazeta⁽¹⁾, Agora RN⁽¹⁾, O Dia⁽¹⁾, Correio do Estado⁽¹⁾, Campo Grande News⁽¹⁾, Cruzeiro FM⁽¹⁾, Metrôpoles⁽¹⁾, Jovem Pan⁽¹⁾, Diário de Petrópolis⁽¹⁾, Yahoo Notícias⁽¹⁾, Notícias R7⁽¹⁾, BBC News Brasil⁽¹⁾, SBT News⁽¹⁾ e Portal Catarinas⁽¹⁾.

A reportagem mais antiga encontrada foi veiculada em 15/11/2014, enquanto a mais recente foi publicada em 28/10/2022. Em relação à autoria, dez reportagens foram escritas por mulheres, seis por homens, dez não informaram a autoria e uma teve autoria compartilhada.

Foram analisadas 27 reportagens que trataram sobre 11 casos de aborto inseguro que resultaram na morte de mulheres, isto é, os casos

de aborto inseguro mencionados foram identificados em uma ou mais reportagens analisadas neste estudo. Desses 11 casos, 75% das mulheres eram brancas e 25% eram negras. A idade média das mulheres era de 25 anos. Em 45,45% dos casos, as mulheres tinham filhos, e em 36,36% dos casos, elas tinham dois ou mais filhos.

A seguir, apresentam-se as características gerais das reportagens analisadas (Quadro 1)

Quadro 1 – Características das reportagens selecionadas para o estudo, título, portal de notícias, data, cidade e caso

(continua)

Caso de aborto	Identificação Reportagem	Título	Portal de Notícias	Data da notícia	Cidade e estado do caso
1	1	Após aborto, adolescente morre no Hospital Municipal de Santarém; padrasto é suspeito de abuso	G1	05/08/2019	Santarém/Pará
2	2	Grávida morre após pagar R\$800 por aborto clandestino no Sul do ES	A Gazeta	03/06/2020	Bom Jesus do Norte/ES
	3	Grávida de 2 meses morre durante procedimento de aborto clandestino	SBT News	04/06/2020	Bom Jesus do Norte/ES
3	4	Sobrevivente indicou injeção de 'chá do aborto' para mulher que morreu no Rio	G1	16/10/2017	Rio de Janeiro/RJ
4	5	Suspeitos da morte de grávida após aborto em clínica clandestina na Zona Oeste do Rio vão a júri popular	G1	09/08/2018	Campo Grande/ RJ
	6	Miliciano esquartejou corpo de grávida que morreu ao tentar fazer aborto	O Dia	15/11/2014	Campo Grande/ RJ
	7	'Abortar é matar', diz mãe de grávida morta em clínica clandestina de aborto	BBC News Brasil	08/06/2018	Campo Grande/RJ
	8	Vítima do aborto ilegal	UOL Universa		Campo Grande/RJ
5	9	Mulher morreu de hemorragia interna após aborto, diz laudo da polícia	G1	06/09/2016	Rio de Janeiro/RJ
	10	Jovem de 28 anos morre após fazer aborto em clínica clandestina no Rio	UOL Notícias	24/08/2016	Rio de Janeiro/RJ

Quadro 1 – Características das reportagens selecionadas para o estudo, título, portal de notícias, data, cidade e caso

(continua)

Caso de aborto	Identificação Reportagem	Título	Portal de Notícias	Data da notícia	Cidade e estado do caso
6	11	Morte de mulher após suposto aborto clandestino é investigada no Rio	G1	15/07/2015	Rio de Janeiro/RJ
	12	Mulher morre após suposto aborto clandestino no Rio	UOL Notícias	15/07/2015	Rio de Janeiro/RJ
7	13	Grávida de quatro meses morre após fazer aborto em casa e suspeita de realizar procedimento é presa	G1	20/07/2018	Petrópolis/RJ
	14	Ingriane morreu, Luciene foi presa: caso de aborto vai a júri popular na 5ª	UOL Universa	17/03/2021	Petrópolis/RJ
	15	Mulher morre após realizar aborto clandestino	Diário de Petrópolis	24/10/2022	Petrópolis/RJ
8	16	Homem acusado de engravidar cunhada que morreu após aborto e enfermeiro vão a julgamento 11 anos após o crime	G1	25/05/2022	Campo Grande/MS
9	17	Grávida que morreu tinha reclamado de dores após aplicar injeções de “kit aborto”	Agora RN	28/10/2021	Votorantim/SP
	18	Grávida de 7 meses morre após tentativa de aborto em Votorantim	Cruzeiro FM	27/10/2021	Votorantim/SP
	19	Jovem grávida de cidade do interior paulista morre após aplicar ‘kit aborto’ comprado pela internet	Jovem Pan	28/10/2021	Votorantim/SP
	20	Polícia tenta identificar quem vendeu “kit aborto” a grávida que morreu após aplicar injeção	Yahoo Notícias	29/10/2021	Votorantim/SP
	21	Jovem que morreu por “kit aborto” disse sentir que barriga explodiria	Metrópoles	28/10/2021	Votorantim/SP
	22	Jovem de 20 anos morre ao tentar aborto no 7º mês de gestação	Notícias R7	28/10/2022	Votorantim/SP
	23	Com ajuda do namorado, grávida que morreu após tomar medicação comprou ‘kit aborto’ pela internet, diz polícia	G1	27/10/2022	Votorantim/SP
10	24	Morte de jovem de 23 anos em Santa Catarina reacende debate sobre aborto seguro	Portal Catarinas	23/02/2018	Itapema/SC

Quadro 1 – Características das reportagens selecionadas para o estudo, título, portal de notícias, data, cidade e caso (conclusão)

Caso de aborto	Identificação Reportagem	Título	Portal de Notícias	Data da notícia	Cidade e estado do caso
11	25	Jovem morre após suspeita de aborto ilegal e polícia retira corpo de velório	G1	08/12/2016	Porto Murtinho/MS
	26	Mãe para velório e retira corpo da filha ao descobrir tentativa de aborto	Campo Grande News	08/12/2016	Porto Murtinho/MS
	27	Técnico de laboratório é preso por suspeita de envolvimento em aborto clandestino	Correio do Estado	09/01/2017	Porto Murtinho/MS

Fonte: elaboração própria.

Após a coleta, os dados foram organizados e analisados por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin⁽¹⁰⁾. Realizou-se uma leitura exaustiva das reportagens, identificando os temas centrais e categorizando aspectos, como o método de realização dos abortos, os envolvidos, as motivações e as abordagens adotadas pelos portais de notícia.

O *software* webQDA auxiliou na identificação de padrões, destacando temas recorrentes e as diferenças entre fontes. Com o *software*, foi possível compreender como os diferentes aspectos do aborto inseguro são noticiados e as reações das partes envolvidas, familiares, parceiros e autoridades. Por fim, as reportagens de diferentes fontes foram comparadas para identificar semelhanças e diferenças na retratação dos casos de morte materna por aborto inseguro.

Em seguida, os temas identificados nas reportagens foram agrupados por similaridade da seguinte forma: temas em relação ao processo de aborto, método utilizado, influência do valor do procedimento na sua realização e o papel do companheiro constituíram a categoria *Como a mídia retrata o aborto inseguro*. Temas sobre os motivos e justificativas para realização do aborto formaram a categoria *Motivação descrita para a prática do aborto inseguro*. Temas relacionados a assistência à saúde nos casos de aborto inseguro e o medo das mulheres de sofrer alguma punição ao buscar o serviço de saúde compuseram a categoria *Interface do aborto inseguro*

com o serviço de saúde. Temas sobre os discursos condenatórios da prática do aborto e discursos que promovem a discriminação do aborto geraram a categoria *Dualidade do discurso da mídia: entre a condenação e o direito da mulher*. Os temas que envolviam a culpabilização das mulheres, correlação entre o aborto e a violência, direito ao aborto legal não cumprido e tendência das reportagens de associar as mulheres a papéis de gênero socialmente esperados compreenderam a categoria *Iniquidade de gênero presente nos discursos*.

Como a mídia retrata o aborto inseguro

As reportagens analisadas apresentaram informações detalhadas sobre o processo do aborto inseguro, resultando na identificação de três temas principais: o método utilizado; o valor do aborto e sua influência na prática; e a maneira como a mídia retratou o papel do companheiro.

Em relação aos métodos abortivos, verificou-se que, dos 11 casos analisados, quatro utilizaram métodos caseiros, como seringas, sondas e o uso do talo de mamona. Em três casos, o método não foi informado. Em dois casos, foram utilizados medicamentos abortivos, e em outros dois casos, o aborto foi realizado em clínicas clandestinas.

O processo abortivo foi realizado através do uso de uma seringa, sonda e permanganato de potássio. (R2).

Dentre as 27 reportagens analisadas, 13 mencionaram o valor cobrado para a realização do procedimento. Os valores relatados variaram de 300 reais a 4.500 reais.

Luciene de Sá recebeu R\$300,00 de Ingriane para ajudá-la a interromper a gravidez no quarto mês. (R12).

Observou-se que os valores mais baixos estão relacionados a métodos caseiros e experimentais, conduzidos por profissionais não qualificados. Por outro lado, os procedimentos com valores mais altos foram realizados em clínicas clandestinas. As mulheres que optaram pelos métodos caseiros frequentemente contaram com o apoio de seus parceiros ou amigas, ou então procuraram outras mulheres que cobravam menos para realizar o procedimento, geralmente nas residências das gestantes. Em contraste, as reportagens sobre abortos realizados em clínicas clandestinas não forneceram detalhes sobre o método empregado.

As reportagens divulgadas na mídia retrataram o envolvimento dos parceiros como cúmplices e apoiadores do aborto, descrevendo sua participação durante o processo. Em um caso, após a morte da gestante, o companheiro chegou a ocultar o cadáver, para dificultar a investigação do seu desaparecimento.

Os dois então colocaram o corpo da jovem em uma camionete e abandonaram em um canal localizado em estrada vicinal próximo a MS-162, em Sidrolândia. (R8).

Motivação descrita para a prática do aborto

Em algumas reportagens, foi abordada a motivação por trás da decisão de realizar o aborto. Embora haja variações nas motivações descritas nessas reportagens, o sentimento de desespero é frequentemente mencionado como o estado emocional em que essas mulheres se encontravam ao buscar o aborto inseguro.

A gente é muito unido. Eu sabia [que ela estava grávida] e queria muito. Doze ou treze semanas. Ela estava muito preocupada, no desespero mesmo. Tanto que ela confiou na primeira pessoa que apareceu. (R4).

A ausência de estrutura foi mencionada como uma motivação para a prática do aborto inseguro. No entanto, nas reportagens, esse conceito foi abordado de maneira genérica, podendo

se referir tanto à falta de recursos financeiros quanto ao estado psicológico das mulheres.

Fazem parte do processo prints de conversas de Ingriane com amigos falando sobre a necessidade de interromper a gestação, uma vez que não tinha condições de criar mais um filho. (R12).

Interface do aborto inseguro com o serviço de saúde

Foi identificada a busca por serviços de saúde em dez reportagens que abordaram sete casos distintos de morte materna por aborto inseguro. Constatou-se que, em um caso, o serviço de saúde escolhido foi a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), em dois casos foi acionado o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e, em quatro casos, a busca por assistência ocorreu nos pronto-atendimentos de hospitais. Em todos os casos, a procura pelos serviços de saúde ocorreu de forma tardia, resultando na impossibilidade de evitar o óbito.

A jovem foi levada para o hospital de Porto Murtinho para receber atendimento, mas omitiu do médico local que estava grávida e que havia tomado um remédio abortivo. (R24).

Nos discursos apresentados nas reportagens, foi observado que o receio de sofrer punições ao buscar o serviço de saúde é uma preocupação constante, levando as mulheres a adiar a busca por assistência e agravando assim a sua condição de saúde.

Ela estava passando mal, mas tinha medo de ir a um hospital e ser presa. (R12).

Dualidade do discurso da mídia: entre a condenação e o direito da mulher

As reportagens que abordam a morte materna por aborto inseguro podem seguir duas abordagens opostas. Algumas optam por adotar um discurso condenatório em relação ao aborto, enquanto outras utilizam o espaço para promover o debate sobre a descriminalização do procedimento. Aquelas que buscam levantar a discussão sobre a descriminalização do aborto geralmente entrevistam especialistas no assunto, incluindo defensoras públicas e pesquisadoras.

As verdadeiras vítimas da criminalização do aborto são as mulheres. (R20).

Por outro lado, as reportagens que adotam um discurso condenatório em relação ao aborto geralmente buscam entrevistar familiares da mulher que optou por realizar o procedimento. Esses interlocutores demonstram sensibilidade em relação ao tema, tendendo a condenar a mulher e defender a criminalização do aborto.

Ela preserva intactas as memórias e o amor pela filha, mas também a opinião de que aborto deve continuar a ser crime no Brasil. “Não há diferença entre matar um filho de 13 anos e o que tá dentro da tua barriga”, diz. (R19).

Iniquidade de gênero presente nos discursos

Entende-se que a desigualdade de gênero permeia todo o processo do aborto inseguro. No entanto, alguns discursos presentes nas reportagens sobre o assunto endossaram essa desigualdade, atribuindo a culpa às mulheres, tanto aquelas que decidiram pelo aborto para si mesmas quanto aquelas que o realizaram.

“Luciene está em prisão domiciliar. São duas pessoas denunciadas, ela e o rapaz amigo de Ingriane que a indicou para fazer o aborto”, diz. “Ele, porém, responde o processo em liberdade. É muito emblemático que o homem responda solto, e a mulher, presa. Mulheres são duplamente reprovadas quando o tema é aborto”. (R12).

Também foi observada a necessidade dos relatos presentes nas reportagens validarem as mulheres ao enquadrá-las nos papéis de gênero tradicionais, como maternidade, dedicação ao casamento e aparência física.

Ela era vaidosa, gostava de pintar o cabelo, pintar a unha. (R19).

Em alguns casos analisados, são expostas situações de violência enfrentadas pelas mulheres que optaram pelo aborto inseguro. Em uma das situações, uma adolescente de 16 anos foi vítima de violência sexual, sendo o suspeito seu padrasto. Neste caso, a vítima teria direito ao aborto legal, conforme previsto na legislação.

Após aborto, adolescente morre no Hospital Municipal de Santarém; padrasto é suspeito de abuso. (R1).

Em um caso adicional, no qual a mulher realizou um aborto em uma clínica clandestina,

os familiares entrevistados para a reportagem mencionaram a presença de sinais de violência em seu corpo, conforme observado no Instituto Médico Legal.

No Instituto Médico Legal e depois, no enterro, notamos que ela estava arranhada, com um corte na testa. A funerária teve que fechar sua boca para que não pudéssemos ver que seus dentes estavam muito quebrados, alguns deles faltando. (R27).

Discussão

Foi possível observar nos resultados a caracterização das mulheres que se submeteram a abortos inseguros e cuja morte foi divulgada na mídia. De acordo com as reportagens veiculadas, 75% dos casos envolviam mulheres brancas, enquanto 25% envolviam mulheres negras. Esses resultados contrastam com os achados de uma pesquisa⁽¹³⁾, que tinha como objetivo descrever a situação do aborto no país utilizando dados do Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Essa pesquisa analisou a distribuição do número total de óbitos por aborto entre os anos de 2006 e 2015. Descobriu-se que a Razão de Morte Materna (RMM) específica para abortos, de acordo com a cor da pele, indicava que, de 2006 a 2012, o grupo de mulheres negras apresentava os maiores valores. Em 2013 e 2014, as indígenas foram o grupo com a maior RMM.

Essa divergência pode ser atribuída à quantidade limitada de reportagens analisadas. No entanto, estudos mostram que a sub-representação dos negros nos meios de comunicação é uma constante. Isso demonstra que o silenciamento midiático em relação às desigualdades raciais persiste e desempenha um papel na negação dos processos de discriminação racial, ocultando a racialização das relações sociais⁽¹⁴⁾.

Os resultados referentes a categoria *Como a mídia retrata o aborto* são contraditórios em relação às pesquisas brasileiras realizadas nas últimas duas décadas. Essas pesquisas mostraram que o principal método utilizado para o aborto é o Cytotec, um medicamento originalmente desenvolvido para tratar úlceras gástricas, que contém o princípio ativo misoprostol. Com a introdução do Cytotec no mercado brasileiro

nos anos 1990, houve redução na mortalidade materna e aumento no número de internações hospitalares para a conclusão do aborto⁽¹⁵⁾.

Isso indica que os métodos caseiros mencionados nas reportagens analisadas podem estar associados a maior risco de mortalidade, o que está em linha com os dados nacionais que apontam as complicações físicas imediatas, como hemorragias, infecções e perfurações de órgãos, como uma das principais causas de morte materna no país⁽¹³⁾. Além disso, os abortos inseguros, quando comparados aos seguros, também estão significativamente relacionados a maior risco de complicações por infecção⁽¹⁶⁾.

Em dois casos relatados nas reportagens, as mulheres utilizaram medicamentos com efeito abortivo, sendo que, em um dos casos, o medicamento foi utilizado em combinação com outros métodos. Pesquisas têm demonstrado que o uso incorreto e imprudente do misoprostol pode resultar em alterações no desenvolvimento fetal, levando a malformações e graves complicações maternas, como hemorragias severas, sepse e até mesmo a morte⁽¹⁷⁾.

A disponibilidade de informações e métodos farmacológicos mais acessíveis tem o potencial de reduzir as complicações pós-aborto. Portanto, é importante considerar que nem todos os abortos ilegais são necessariamente inseguros. O procedimento pode ser realizado de maneira adequada e com profissionais qualificados, mesmo que clandestinamente⁽¹⁷⁾. No entanto, é importante observar que esse perfil de aborto é mais comum entre mulheres de classes socioeconômicas mais altas, que têm acesso a informações de qualidade e capacidade financeira de pagar pelo procedimento⁽¹³⁻¹⁸⁾.

Dessa forma, as medidas restritivas relacionadas ao aborto têm o efeito de agravar as desigualdades socioeconômicas já existentes no país⁽¹⁵⁾. Uma pesquisa realizada na Austrália demonstrou que as barreiras restritivas de acesso ao aborto afetam especialmente as pessoas marginalizadas, mesmo em países onde o aborto é legalizado. Essas barreiras causam atrasos no atendimento, reduzem as opções de aborto e aumentam o custo do procedimento⁽¹⁸⁾.

Os resultados relacionados à categoria *Motivação descrita para a prática do aborto* mostram que a ilegalidade do aborto induzido não tem efeito sobre a necessidade de realizá-lo, mas intensifica os riscos e dificuldades enfrentados pelas mulheres ao buscar um aborto seguro⁽¹⁶⁾. Tanto as pesquisas nacionais quanto as internacionais afirmam que o aborto deve ser reconhecido como um direito das mulheres. Nesse sentido, negar o acesso ao aborto representa um risco para a saúde das mulheres, uma vez que a maternidade forçada pode ter impacto direto em seus planos de vida, relacionamentos familiares, educação, emprego e relacionamentos⁽¹⁹⁾.

Estudos realizados nacionalmente corroboram os resultados encontrados neste estudo, afirmando que mulheres que vivem em condições sociais vulneráveis e não têm recursos para pagar por abortos seguros geralmente recorrem a métodos arriscados. Isso inclui a ingestão de substâncias tóxicas, inserção de objetos estranhos no útero e até mesmo procedimentos realizados por profissionais não qualificados⁽¹⁶⁾.

A categoria *Interface com o serviço de saúde* revela o medo das mulheres em buscar atendimento em saúde. O medo mencionado pelas mulheres nas reportagens é justificado, pois pesquisas nacionais mostram a dura realidade enfrentada por aquelas que buscam os serviços de saúde para encerrar o processo de aborto: julgamento moral, ameaças de denúncia à polícia, contato físico desrespeitoso e internações em quartos compartilhados com mulheres que acabaram de dar à luz, além de longos períodos de espera até serem atendidas⁽²⁰⁾. Dessa forma, a estigmatização das mulheres que optam pelo aborto contribui para que busquem assistência apenas em último caso.

A interferência, o julgamento, as ameaças e a recusa de assistência médica representam a violência institucional à qual as mulheres são submetidas, sendo uma extensão das violências que elas enfrentam ao longo da vida⁽²⁰⁾. No contexto do aborto, os profissionais de saúde devem fornecer assistência de forma ética e responsável. A ética profissional, que orienta as profissões da área da saúde, deve estar presente no cuidado e

no acolhimento, respeitando o direito à dignidade humana. Além disso, essa perspectiva destaca a necessidade de um cuidado que leve em consideração as questões de gênero, superando a abordagem exclusivamente biologicista predominante atualmente⁽¹⁹⁾.

A categoria *Dualidade do discurso da mídia: entre a condenação e o direito da mulher* revelou a dicotomia presente nos discursos veiculados pela mídia em relação ao aborto. Essa polarização é caracterizada pela oposição entre agentes conservadores, que apresentam discursos enérgicos baseados em convicções religiosas e depoimentos emocionais de familiares de mulheres que faleceram em decorrência de abortos inseguros, e discursos progressistas embasados em evidências científicas sobre o tema.

Essa categoria demonstrou que os casos de aborto que resultam em morte materna divulgados pela mídia são aqueles capazes de chocar o público, seja devido aos métodos utilizados, ao envolvimento dos indivíduos ou à gravidade do desfecho. Essa constatação é respaldada por um estudo⁽²¹⁾, que afirma que, ao divulgar crimes, a mídia se preocupa com os detalhes das situações em que a informação jornalística em si não é suficiente; o que importa é a perpetuação do interesse pelo crime.

A mídia tem o poder de alterar e desequilibrar o acesso e a distribuição de recursos simbólicos e culturais em uma sociedade. Portanto, é considerada um campo autônomo de poder, com suas próprias dinâmicas de ação e recursos específicos. A compreensão das representações sobre a realidade social ocorre também por meio das atividades de produção, transmissão e recepção de conteúdos da mídia⁽⁸⁻⁹⁾.

No entanto, esse conflito de narrativas, que perdura ao longo das gerações, não contribui para o avanço necessário no debate sobre o aborto. Pelo contrário, ressalta a ênfase nos aspectos criminais nos relatos veiculados pela mídia, em vez de abordar a prevenção de danos às mulheres que realizam o procedimento em condições inseguras⁽²²⁾.

Indo além, a abordagem midiática sobre o aborto frequentemente atribui à mulher o

sentimento de culpa por não desejar estar grávida naquele momento. Essa abordagem pressupõe que todas as ações que resultam em gravidez são exclusivamente responsabilidade da mulher, reforçando o papel reprodutivo em detrimento dos direitos do corpo feminino. Dessa forma, a mídia assume o papel de reforçar certos discursos em seus conteúdos, reproduzindo e amplificando sua opinião sobre quem merece proteção ou é digno dela⁽²²⁾.

Por isso, é incontestável que a mídia exerce influência na forma como se compreende as relações entre os indivíduos e seu meio social. O desenvolvimento da ação social ocorre em contextos socialmente estruturados, que desempenham um papel fundamental na formação da experiência individual. Nesse sentido, a mídia, como canal de mediação, desempenha um papel importante na formação desses contextos. Ela se torna o elemento central dessa análise, sendo essencial para o processo de formação identitária da sociedade, por meio da estruturação da compreensão, reprodução e questionamento dos referenciais de gênero presentes nos contextos sociais⁽²²⁾.

A categoria *Iniquidade de gênero presente nos discursos* revela que a punição do aborto ilegal é mais severa para as mulheres, atribuindo-lhes a responsabilidade exclusiva pela reprodução. Isso fortalece a irresponsabilidade masculina em relação à sua participação efetiva nesse processo. Essa dinâmica é resultado das desigualdades de gênero, pois a ausência da identidade masculina em questões relacionadas ao aborto erroneamente atribui um caráter exclusivamente feminino a essas questões, transmitindo a ideia de que o aborto é um fenômeno restrito ao gênero feminino, sobre o qual o gênero masculino não tem nenhuma corresponsabilidade ou responsabilização.

A compreensão das relações de poder é fundamental para entender como ocorre o controle dos corpos femininos por meio da reprodução, um conceito denominado biopolítica nas obras de Foucault⁽²³⁾. A biopolítica engloba o conjunto de técnicas e estratégias que buscam exercer poder para orientar e controlar os corpos, a saúde e a vida de uma comunidade, regulando a reprodução, fertilidade e mortalidade. A aplicação

dessas técnicas configura um biopoder institucionalizado no Estado, cujo objetivo é tornar a vida dos indivíduos objeto de domínio político⁽²³⁾.

A biopolítica pretende indicar as melhores formas de viver, moldando sujeitos regulados por um pensamento hegemônico patriarcal, por meio da regulação do modo de vida dos indivíduos. Dessa forma, controla os corpos femininos por meio de saberes próprios, como a natalidade, e faz com que as mulheres tenham pouco conhecimento sobre seus próprios corpos. O objetivo social e histórico desse controle é o controle social⁽²⁴⁾.

A maternidade é um dos papéis sociais atribuídos às mulheres, e o aborto é considerado uma prática que desafia essa imposição. A maternidade é uma instituição que é imposta às mulheres desde o nascimento, mediante normas que são transmitidas de geração em geração e sofrem pouca interferência da decisão individual. Émile Durkheim definiu como *Fato Social* aquilo que engloba as relações objetivas impostas e externas ao indivíduo, mas que exercem uma coerção sobre ele independentemente de sua vontade. Assim, a maternidade é um fato social que exerce coerção sobre o indivíduo, independentemente de sua vontade⁽²⁵⁾.

Ao tentar romper com o que foi instituído, o indivíduo enfrenta punições. Quando uma mulher tenta romper com a instituição da maternidade por meio do aborto, enfrenta punições legais; se ela opta pela adoção ou doação dos filhos, sofre repreensão moral; se ela não quer engravidar, é julgada socialmente e sua sexualidade é invadida, pois se recusa a cumprir o papel social de mãe⁽²³⁾.

É possível modificar as instituições de repressão que oprimem as mulheres⁽²³⁾. Melhorar as práticas de diálogo, promover a escuta das mulheres e até mesmo transgredir leis são estratégias de resistência que podem avançar na criação de políticas públicas e na mudança da legislação e normas que regulam o corpo feminino⁽²³⁻²⁴⁾.

A categoria *Iniquidade de gênero presente nos discursos* também revelou situações de violência enfrentadas por mulheres que optaram pelo aborto inseguro. Em um dos casos

analisados, uma adolescente de 16 anos foi vítima de violência sexual, supostamente cometida pelo padrasto. Nesse caso, a vítima teria direito ao aborto legal, conforme previsto na lei. No entanto, a exteriorização da violência sexual é complexa e a dificuldade de denunciar a violência para a rede de proteção pode afetar diretamente a descoberta da gravidez em tempo hábil e dificultar o acesso ao aborto legal⁽¹⁹⁾.

Uma pesquisa realizada com mulheres pacientes do Hospital Metropolitan Boston, nos Estados Unidos da América (EUA), concluiu que o aborto está fortemente associado à violência de gênero. O estudo apontou que o efeito cumulativo de múltiplas formas de violência contra as mulheres aumenta as chances de aborto⁽²⁶⁾.

O aborto é uma questão de saúde pública, e a negação de diálogo sobre esse tema, tanto no meio acadêmico quanto na mídia, tem consequências fatais para muitas mulheres. Portanto, o risco simultâneo de gravidez indesejada com desfecho em aborto e ser vítima de violência indica a necessidade de compreender a violência de gênero como um fator determinante para o aborto⁽²⁷⁾.

Este estudo tem como limitação a análise das reportagens da imprensa escrita brasileira. A expansão para outros tipos de mídias nacionais, estaduais e municipais poderia ampliar os dados. Além disso, os resultados não são generalizáveis, pois as reportagens selecionadas estão relacionadas a apenas 27 reportagens sobre 11 casos de aborto inseguro que resultaram em morte materna. Assim, não é possível afirmar que as contradições identificadas neste estudo se aplicam a todas as mulheres brasileiras.

Não obstante essas limitações, os resultados contribuem para o avanço do conhecimento científico sobre a influência da mídia nas questões das mulheres, especialmente tratando-se de mulheres que contrariam as normas sociais de gênero. Além disso, os resultados deste estudo revelaram que as mulheres enfrentam medo ao buscar assistência em saúde após um aborto inseguro, devido à preocupação de serem julgadas, sofrerem violência institucional e enfrentarem punições legais. Portanto, destaca-se a importância

de fornecer cuidados de enfermagem que levem em consideração as questões de gênero e vá além da abordagem puramente biológica no campo da saúde. É fundamental garantir cuidado e acolhimento baseados em princípios éticos que respeitem a dignidade humana.

Considerações Finais

As reportagens veiculadas na mídia sobre morte materna em decorrência de aborto têm o objetivo de subjugação e exposição das mulheres, levando ao extremo os acontecimentos para envolver o público. Algumas dessas reportagens revelaram situações de violência contra as mulheres, ressaltando que na sociedade a mulher é constantemente vitimada pelo sistema, e a ilegalidade da escolha do aborto é uma privação de seu direito à autonomia, de decidir sobre seu próprio corpo. Contudo, é importante ressaltar que uma parcela da mídia trouxe à tona a necessidade de se defender os direitos das mulheres, promovendo o debate sobre o aborto como uma questão de saúde pública.

O uso de reportagens da mídia como fonte de dados revelou-se uma forma poderosa de analisar as diferentes percepções associadas à morte materna por aborto inseguro. Conclui-se que, de forma geral, as mídias têm a capacidade de influenciar e orientar a opinião pública. Nesse sentido, a pesquisa de abordagem qualitativa mostra-se uma ferramenta relevante para captar os discursos veiculados pelas mídias, com o objetivo de identificar contradições que possam ser superadas por meio de intervenções na realidade objetiva.

Colaborações:

1 – concepção e planejamento do projeto: Thammy Novakovski dos Santos, Rafaela Gessner Lourenço, Laura Christina Macedo, Luciana Schleder Gonçalves e Daiana Kloh Khalaf;

2 – análise e interpretação dos dados: Thammy Novakovski dos Santos, Rafaela Gessner Lourenço, Laura Christina Macedo, Luciana Schleder Gonçalves e Daiana Kloh Khalaf;

3 – redação e/ou revisão crítica: Thammy Novakovski dos Santos, Rafaela Gessner Lourenço, Laura Christina Macedo, Luciana Schleder Gonçalves e Daiana Kloh Khalaf;

4 – aprovação da versão final: Thammy Novakovski dos Santos, Rafaela Gessner Lourenço, Laura Christina Macedo, Luciana Schleder Gonçalves e Daiana Kloh Khalaf.

Conflitos de interesse

Não há conflitos de interesse.

Referências

1. Kubuka AE, Abdulrahman HM, Soa AH, Kivishe PW. Unsafe abortion; the hidden cause of maternal death. *Int J Fam Amp Community Med.* 2023;7(5):157-8. DOI: <https://doi.org/10.15406/ijfcm.2023.07.00331>
2. Bearak J, Popinchalk A, Ganatra B, Moller AB, Tunçalp Ö, Beavin C, et al. Unintended pregnancy and abortion by income, region, and the legal status of abortion: estimates from a comprehensive model for 1990-2019. *Lancet Global Health.* 2020;8(9):e1152-61. DOI: [10.1016/S2214-109X\(20\)30315-6](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(20)30315-6)
3. Namagembe I, Nakimuli A, Byamugisha J, Moffett A, Aiken A, Aiken C. Preventing death following unsafe abortion: a case series from urban Uganda. *AJOG Glob Rep.* 2022;2(1):100039. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.xagr.2021.100039>
4. Getahun GK, Kidane M, Fekade W, Shitemaw T, Negash Z. Exploring the reasons for unsafe abortion among women in the reproductive age group in western Ethiopia. *Clin Epidemiology Glob Health.* 2023;22:101301. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cegh.2023.101301>
5. Diniz D, Medeiros M, Madeiro A. National Abortion Survey - Brazil, 2021. *Ciênc saúde coletiva.* 2023;28(6):1601-6. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023286.01892023>
6. Schmid AT, Veldhouse A, Payam S. A press(ing) issue: analysing local news coverage of abortion in the US South during the COVID-19 pandemic. *Cult Health Sex.* 2023;25(11):1515-29. DOI: <https://doi.org/10.1080/13691058.2022.2164064>
7. Amorim TRG. A cobertura do Correio Braziliense sobre os governos Dilma Rousseff: discriminação, deslegitimação e misoginia [tese]. [Internet]. Brasília (DF): Universidade de Brasília; 2021 [cited

- 2024 Jun 18]. Available from: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/42685>
8. Burry K, Beek K, Worth H, Vallely L, Haire B. Framings of abortion in Pacific Island print media: qualitative analysis of articles, opinion pieces, and letters to the editor. *Sex Reprod Health Matters*. 2023;31(1). DOI: <https://doi.org/10.1080/26410397.2023.2228113>
 9. Egry EY. Saúde Coletiva: Construindo um novo método em enfermagem. São Paulo: Ícone; 1996.
 10. Bardin L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70; 2016.
 11. Scott JW. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *American Historical Review*. 1986;91(5):1053-75. DOI: <https://doi.org/10.2307/1864376>
 12. Santos TN. Morte materna por aborto inseguro: Análise de conteúdo de mídia à luz de gênero. [trabalho de conclusão de curso]. [Internet]. Curitiba (PR): Universidade Federal do Paraná; 2022. [cited 2023 Jan 19]. Available from: <https://hdl.handle.net/1884/82320>
 13. Cardoso BB, Vieira FMSB, Saraceni V. Abortion in Brazil: what do the official data say? *Cad Saúde Pública*. 2020;36(Suppl 1):e00188718. DOI: 10.1590/01002-311X00188718
 14. Queirós FAT, Cordeiro ATS. Mídia e racismo em 8 notícias sobre o tráfico de drogas. *MUIRAQUITÃ*. 2023;11(1). DOI: <https://doi.org/10.29327/210932.11.1-13%20>
 15. Assis MP, Erdman JN. In the name of public health: misoprostol and the new criminalization of abortion in Brazil. *J Law Biosci*. 2021;8(1):Isab009. DOI: <https://doi.org/10.1093/jlb/Isab009>
 16. Camilo DC, Sapateiro GA, Martins N, Antikadjian RH, Tanck E, Milagres CS. Práticas de aborto inseguro: métodos culturais e caseiros. *Braz J Develop*. 2021;7(9):94414-26. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n9-552>
 17. Esteves MF, Rodrigues NM, Batalha RB, Quiroga MAC, Sá RS. O uso inadequado do misoprostol como abortivo: uma revisão integrativa. *Colloquium Vitae* [Internet]. 2021 [cited 2023 Mar 18];13(1):22-34. Available from: <https://revistas.unoeste.br/index.php/cv/article/view/3766>
 18. Mainey L, O'Mullan C, Reid-Searl K. Unfit for purpose: A situational analysis of abortion care and gender-based violence. *Collegian*. 2022;29(5):557-65. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.colegn.2022.01.003>
 19. Fonseca RMGS, Fornari L, Egry EY, Borges WD, Oliveira MAC, Elias ARR. Aborto legal na infância retratado pela imprensa escrita brasileira: perspectivas para o cuidado. *Rev baiana enferm*. 2022;36:e47345. DOI: <https://doi.org/10.18471/rbe.v36.47345>
 20. Bonan C, Reis AP, Rodrigues AP, Menezes GMS, McCallum CA, Duarte NIG, et al. Itinerários de cuidado à saúde de mulheres em situações de abortamento: aspectos metodológicos do estudo qualitativo da pesquisa *Nascer no Brasil II*. *Cad Saúde Pública*. 2024;40(4):e00006223. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT006223>
 21. Bertolin PTM, Angotti B, Vieira RSC, organizadores. *Feminicídio - quando a desigualdade de gênero mata: mapeamento da Tipificação na América Latina*. Joaçaba: Unoesc; 2020.
 22. Rocha CMF, Maffaccioli R, Lena MS, Faria MA, Rollo RM, Costa NZ. O Aborto na Mídia: Multiplicidade de Práticas Discursivas Sobre Direito e Crime. *Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito. Gênero&Direito*. 2018;7(3). DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2179-7137.2018v7n3.43005>
 23. Foucault M. *História Da Sexualidade I: A Vontade De Saber*. Albuquerque MTC, Guilhon Albuquerque JA, tradutores. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal; 1988.
 24. Larrambebere MB, Rasines PF. Autonomía reproductiva frente a la biopolítica de la maternidad. *Rev Antropol Soc*. 2023;32(1):13-28. DOI: <https://doi.org/10.5209/raso.87296>
 25. Durkheim É. *As Regras do Método Sociológico*. Neves P, tradutor. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes; 2007.
 26. Lima NDF. Meninas negras, violência e aborto: um diálogo com Debora Diniz. *Argum*. 2023;15(1):16-22. DOI: <https://doi.org/10.47456/argumentum.v15i1.40730>
 27. McCloskey IA. The Effects of Gender-based Violence on Women's Unwanted Pregnancy and Abortion. *Yale J Biol Med* [Internet]. 2016 [cited 2023 Mar 18];89(2):153-9. Available from: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27354842/>

Recebido: 21 de junho de 2023

Aprovado: 25 de julho de 2024

Publicado: 27 de setembro de 2024



A *Revista Baiana de Enfermagem* utiliza a Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Este artigo é de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons (CC BY-NC).
Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais.
Embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais,
os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.